preços, só a sua retirada já provocaria a total eliminação da gravosidade. Porém, esta medida provocaria uma disputa maior no mercado interno e os preços se elevariam, fazendo reaparecer a gravosidade, embora talvez a níveis inferiores. Tal medida provavelmente seria proveitosa pois, ao mesmo tempo em que auxiliaria o país a exportar as 56 mil t previstas, sem grandes esforços e sem o perigo de transferir ao importador parte dos lucros que poderiam ser auferidos pelo produtor brasileiro, não causaria grandes aumentos de preços no mercado interno, uma vez que já existe um estoque suficiente para amortecê-los. Por fim, esta medida, se implantada antes do início das colheitas da safra do Centro-Sul, substituiria a necessidade de se elevar os preços mínimos, pois seu efeito seria praticamente o mesmo, ou seja, o de proporcionar maior ganho ao produtor de algodão. ●

ARROZ

Destaque: expandiu-se a área plantada

Na safra 1979/80, o aumento da área plantada com arroz (3,57% segundo estudo divulgado em dezembro último pela FIBGE), apesar de modesto, constitui fato que se reveste de importância especial. Com efeito, nos últimos anos, o cereal vinha cedendo espaço para outras culturas, em quase todos os estados da região Centro-Sul (ver Prognóstico das Safras 1979/80, vol. 3, nº 7-8). Em muitas regiões produtoras tradicionais, a substituição do plantio de arroz se processou a taxas elevadas. O estado de São Paulo, por exemplo, reduziu sua participação na produção brasileira de arroz de 13,6%, no período 1967/70, para 5,6%, em 1976/78.

Em estados que dispõem de extensas áreas de fronteira agrícola, a utilização do plantio do arroz como meio de baratear o processo de desmatamento, para posterior formação de pastos, compensa, em parte, a substituição que se verifica nos tradicionais municípios produtores. Ainda assim, o estado de Goiás que, no período 1975/78, ocupava, em média, por safra, 1,075 milhão de ha com arroz, viu esta área declinar para 883 mil ha no período 1977/79.

Início de uma reversão de tendência?

Na safra ora em curso, em que pese o aumento previsto para a área plantada de arroz na região Centro-Sul, uma análise mais acurada das informações relativas ao plantio nos diversos estados desaconselha a interpretação de que estaria ocorrendo, este ano, o início de um processo de reversão daquela tendência declinante. Tal interpretação também é desaconselhada pelo fato de os diversos fatores que, em conjunto, contribuem para manter deprimida a perspectiva de rentabilidade do setor não terem sido objeto de transformações significativas.

Assim, permanece elevado o risco de quebra de safras, em virtude de problemas climáticos, pois a utilização de várzeas para o plantio, assim como o uso de irrigação, continuam a ser bastante diminutos, em relação à área total. Também é diminuto o uso de sementes melhoradas (cerca de 35%) e dos demais insumos "modernos". Estes problemas relativos à tecnologia empregada, evidentemente, decorrem da perspectiva de rentabilidade insuficiente, a qual não foi modificada pelos incentivos emergenciais anunciados recentemente.

A nível de comercialização, a forma de intervenção governamental também não se modificou. Quando os preços evoluem a taxas consideradas indesejáveis pelo governo, logo se revive a figura do tabelamento, o qual, algumas vezes, é logo desmoralizado, como em 1979 (ver Prognóstico 1979/80), mas, ainda assim, contribui para a formação da

imagem de mercado controlado pelo Estado. Embora nem sempre seja verdade, a imagem de mercado controlado é normalmente associada à de uma atividade cuja taxa de lucro é relativamente menos atraente.

Todos esses fatores que, até há pouco, provocaram uma continuada retração de área, permanecem presentes. Tal fato pode ser inferido pela pequena expansão prevista para a safra 1979/80, mesmo com os grandes incentivos de curto prazo ocorridos em 1979. Em outras palavras: apesar do reajuste de 76% no preço mínimo, considerado remunerador pelos próprios produtores quando divulgado, e da elevação de 99,7% nos preços recebidos pelo agricultor, registrada entre janeiro e dezembro de 1979 (bem superior à evolução do índice agregado de preços recebidos pelos produtores em geral,que foi da ordem de 49,4%), a área plantada com arroz aumentou menos de 4%. É evidente, portanto, que os produtores consideram que as perspectivas de rentabilidade a médio e longo prazos para o arroz permanecem inalteradas:

Variações da área nos estados produtores

Segundo informa a Comissão de Financiamento da Produção, dentre os estados da região Centro-Sul, apenas o Paraná e o Mato Grosso do Sul, na safra 1979/80, apresentaram redução de área, em relação ao ano anterior. Para o Paraná, a CFP prevê um decréscimo de 10% a 20% e, para o Mato Grosso do Sul, de 15% a 20%. Nesses dois estados, as elevadas quebras de safras ocorridas em 1977/78 e 1978/79 explicam em grande medida o comportamento do produtor. No Mato Grosso do Sul, as condições de adaptabilidade da soja, bastante satisfatórias nos últimos anos, também contribuíram para a retração verificada no plantio de arroz.

Em São Paulo e Minas Gerais, estados que há anos apresentam forte tendência à substituição do plantio do cereal, espera-se que ocorram pequenos aumentos de área. Estes aumentos se verificariam, principalmente, pelo aproveitamento de áreas marginais, refletindo a posição cautelosa do produtor em investir mais fortemente na produção de arroz. No entanto, deve-se chamar a atenção para o fato de que, após anos de contínua redução de área, esses dois estados apresentaram, por pequenos que sejam, aumentos nesta safra.

Nos estados do Centro-Oeste, além dos preços atraentes que vêm sendo praticados, dois fatores parecem influenciar sobremaneira a decisão do produtor: os níveis de produtividade obtidos nas últimas safras e a possibilidade de ampliar a fronteira agrícola. Este último constitui fator de expansão da área de arroz sempre que a perspectiva de remuneração da atividade pecuária se mostra elevada, justificando a abertura de novas áreas para a formação de pastagens. Como é sabido, nessas regiões o arroz é utilizado para baratear os custos do desmatamento. Embora os preços da carne bovina tenham-se estabilizado em fins de 1979, a rentabilidade da pecuária permanece ainda elevada. Adicionalmente, os produtores de Mato Grosso não foram atingidos pela seca das duas últimas estações, obtendo níveis de produtividade bastante animadores. Assim, naquele estado, esses dois fatores atuam em mesmo sentido, induzindo um aumento da área de plantio do cereal. Segundo informações da CFP, este aumento situou-se entre 5% e 9%. No Mato Grosso do Sul, como já foi visto, os problemas climáticos enfrentados nos últimos anos em muito desestimularam o plantio do cereal.

Em Goiás, ainda segundo a CFP, houve crescimento de área da ordem de 10% a 16%. Embora no Sul do estado tenha ocorrido alguma conversão de áreas de arroz ao plantio de soja e milho, esta substituição se deu em proporção menor do que no ano passado. Esta pequena retração de área verificada no Sul foi, no entanto, mais do que compensada pela ampliação verifi-

cada no Norte,onde as variáveis que condicionam a decisão do produtor se mostram bastante parecidas com as do Mato Grosso: bom resultado em termos de produtividade na última safra e número elevado de projetos de implantação de pastos em áreas novas.

No Rio Grande do Sul,o aumento de área, segundo estimativa da CFP, ficou entre 5% e 9%. A safra colhida neste estado, em 1979, apresentou percentual elevado de quebra (pouco abaixo de 25%) em relação à previsão inicial. Esta percentagem de quebra, considerando a sofisticada estrutura gaúcha de produção do arroz irrigado, foi vista como surpreendente pelos próprios orizicultores, e indica a excepcionalidade das condições adversas de clima que tiveram de enfrentar.

É preciso esclarecer, ainda, que a estrutura de produção e comercialização do arroz gaúcho se, por um lado, reduz substancialmente os riscos de quebra de safra por problemas climáticos e facilita a obtenção de preços relativamente mais elevados ao produtor, por outro, dificulta a ocorrência de variações mais bruscas de área, em resposta aos sinais de curto prazo do mercado. Isto porque a conversão das áreas de plantio de arroz irrigado em outras culturas, além de ter de contornar problemas de ordem agronômica, implica deixar ocioso um investimento já realizado e de uso específico, cujo custo elevado aconselha uma utilização intensiva.

Perspectivas do abastecimento

Até o momento, em todos os estados, são boas as condições do desenvolvimento vegetativo da cultura. Em alguns ocorreu atraso no plantio, como no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, por excesso de chuvas. No entanto, este atraso não chega a comprometer os níveis esperados de produtividade. Sob as condições de dezembro passado, a CFP estimou a produção brasileira em 9 a 9,5 milhões de t. Esta produção, no entanto, está sujeita ainda a algumas modificações, porque, no Norte e Nordeste, grande parte do plantio é realizado no mês de dezembro, estando portanto a lavoura em estágio de desenvolvimento inicial. Além disso, é bom lembrar, fevereiro é um período crítico para o arroz produzido em quase todos os estados do Centro-Sul.

Se a atual previsão de produção se mostrar acertada, o abastecimento de arroz à população, em 1980, transcorrerá sem maiores percalços. A disponibilidade total no início do ano comercial 1980/81 (março/80—fevereiro/81) está estimada em 9,5 a 10 milhões de t (considerando um estoque inicial de 0,55 milhão de t e uma produção de 9,0 a 9,5 milhões de t). Por sua vez, o consumo interno se situaria em 8,75 milhões de t e, conseqüentemente, haveria um excesso de oferta entre 0,75 e 1,25 milhão de t.

No entanto, estes números tem que ser encarados com reservas. Isto se deve a que o estoque inicial (0,55 milhão de t) foi avaliado contabilmente, a partir de estimativas anteriores de produção e consumo. Aliás, as condições de escassez de oferta que se fizeram sentir principalmente a partir de outubro/novembro não parecem compatíveis com a previsão de uma sobra de arroz em março, da ordem de 500 mil t. Do lado do consumo, a estimativa também carece de segurança. Durante os últimos dois anos, os preços do arroz vêm aumentando a taxas elevadas, a nível do consumidor. É possível que este encarecimento do produto tenha gerado algum deslocamento da demanda. Além disso, caso realmente venha a ser eliminado o subsídio ao consumo de trigo, a demanda por produtos como o milho e o arroz, entre outros, sofrerá significativos deslocamentos. Estimar em que proporção fatores como os acima apontados modificam os hábitos alimentares da população é tarefa árdua e que requer um grande volume de informações

confiáveis, cuja disponibilidade e acesso no país são bastante limitados.

Apesar da precariedade das informações, é bastante provável que, caso as condições climáticas permaneçam favoráveis, os preços a nível de produtor sofram decréscimos reais, principalmente nos primeiros meses de colheita. Objetivando evitar que este fato se verifique, o que traria fatalmente reflexos negativos sobre o plantio da próxima safra, seria desejável que o preço mínimo fixado em Cr$ 320,00/saca de 60 kg, sofresse reajuste de modo a torná-lo mais próximo dos níveis que vigoram hoje no mercado (dependendo do tipo e qualidade, de Cr$ 450,00 a Cr$ 600,00 pela saca de 50 kg, em Goiás). ❋

FEIJÃO

Meteorologia: Causa imediata da segunda quebra consecutiva da safra das águas

Embora ainda seja cedo para que se tenha um quadro definitivo do desempenho da atual safra de feijão das águas, já se sabe que o volume do produto a ser obtido será bastante inferior à terceira estimativa oficial, que oscila entre 1,19/1,34 milhão de t. Este intervalo, inferior em 14,2% e 10,9%, respectivamente, às previsões de outubro e novembro da CFP, não chegou a registrar, por exemplo, a quebra ora esperada na safra mineira das águas. Da mesma forma, as sucessivas reavaliações da safra gaúcha revelaram valores decrescentes, o mesmo ocorrendo com relação à safra de Santa Catarina.

Desta maneira, a quarta e última estimativa da produção da safra das águas 1979/80 daquele órgão, situa-se entre 890 mil t e 1 milhão de t (quebra de 36% em relação ao inicialmente esperado). As reavaliações da produção por estado têm, até o momento, as seguintes magnitudes: Paraná (-35%), Rio Grande do Sul (-59%), Santa Catarina (-31%), Minas Gerais (-20%) e São Paulo (-10%). Tais números resultaram, aproximadamente, em 323 mil t de perdas, em relação à expectativa de dezembro. Observe-se que este é o segundo ano consecutivo em que a safra das águas registra perdas. Também a safra 1978/79 foi afetada por um clima prejudicial, terminando 17,4% abaixo de sua previsão inicial. Assim sendo, o fato de se esperar que a atual safra das águas seja de 12% a 21% inferior à anterior é duplamente grave.

Os estados supracitados produzem perto de 90% de todo o feijão preto da primeira safra e as maiores quebras ocorreram justamente naqueles em que predomina o feijão preto, no total da produção estadual de feijão (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). É certo, portanto, que a disponibilidade deste tipo de feijão para o consumo, este ano, será reduzida, como também que a participação desta variedade, no total colhido da atual safra das águas, ficará aquém dos 40% usuais (ou seja, abaixo do intervalo de 356 mil t/400 mil t).

De um modo geral, a atual safra de feijão ressentiu-se, além dos problemas estruturais crônicos da cultura (baixa tecnologia, falta de sementes fiscalizadas, reduzida utilização de insumos), de problemas climáticos.

As chuvas intermitentes, geadas, ventos frios e granizo em regiões localizadas no Sul do país, obrigaram ao replantio em algumas áreas e prejudicaram irremediavelmente a planta, o que determinou a baixa qualidade da maior parte dos grãos colhidos. A ilustrar este aspecto, existe o fato de que grande quantidade do produto colhido sequer conseguiu classificação. E, já ultrapassada a primeira metade da colheita na área produtora paranaense, a maior parte dos grãos foi rotulada nos tipos 5 e APA (Abaixo do Padrão Amparado). Na escala classificatória do feijão, esses tipos definem o produto de pior qualidade (respectivamente 8% e 15% de ava-